

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

(Do Sr. Sérgio Vidigal)

Requer a realização de Reunião de Audiência Pública afim de discutir ações e estratégias possíveis para ampliar investimentos para a Geração de Eletricidade por meio de Energias Renováveis no País.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex.^a, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de reunião de Audiência Pública, a fim de discutir ações e estratégias possíveis para ampliar investimentos para a Geração de Eletricidade por meio de Energias Renováveis.

Na oportunidade, sugerimos sejam convidados os seguintes palestrantes:

- Luiz Eduardo Barata, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia (MME);
- Romeu Donizete Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- José Da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobras;
- Carlos Faria, Diretor Presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia;
- Guilherme Jorge Velho, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE;
- Pol Dhuyvetter, Presidente da Associação RevoluSolar;
- Representante do Comitê Desenvolvimento Econômico da Presidência da República;
- Carlos Rittl, Secretário Executivo do Observatório do Clima;

- Representante da Rede Nacional de Organizações da Sociedade Civil Para as Energias Renováveis (RENOVE);
- Elbia Silva Gannoum, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica);
- Felipe Campos Cauby Coutinho, Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET).

JUSTIFICAÇÃO

A crise por que passa a matriz energética do país, seja pela ausência hídrica que compromete a geração, seja pela ausência de gestão, aliado ao aumento do consumo energético e a necessidade de crescimento do país requerem maiores investimentos e maior desenvolvimento dessa matriz. Eólica, solar, biomassa.

Em um país onde predomina a geração de energia em usinas hidrelétricas, estudos demonstram que seria possível aumentar em pelo menos 40% a participação de três fontes renováveis alternativas — eólica, biomassa e PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) nos leilões de energia nova.

Em termos comparativos, somente a energia eólica já apresentava, em 2001, um potencial de geração de energia elétrica de 143 milhões de kW. Passados 13 anos, estima-se, em 2014, um potencial de 300 milhões de kW de energia gerada pelo vento, um total que é superior ao dobro da capacidade total instalada no Brasil, atualmente de mais de 114 milhões de kW, considerando-se todas as fontes geradoras.

Pensando-se no potencial de geração da energia solar, se o lago de Itaipu fosse coberto hoje com painéis fotovoltaicos, a geração ao ano seria de 183 TWh, que é o dobro de toda a energia que aquela usina produziu só em 2011 (92,24 TWh).

Outra fonte com potencial subaproveitado é a biomassa com uso de cana-de-açúcar. De 440 usinas desse tipo em atividade no Brasil, só 100 delas comercializam o excedente para o Sistema Elétrico Nacional.

Estrategicamente falando, o Brasil possui uma série de características naturais favoráveis, pois é um dos países mais ricos no mundo em

incidência de raios, ventos, e maior produtor de biomassa. Temos ainda baixa variação média do sol ao longo do ano e terras disponíveis.

O país pode incentivar o aumento da participação das fontes eólica, biomassa, PCHs e solar fotovoltaica, que, se bem planejadas, provocam impactos ambientais muito menores em relação às grandes hidrelétricas, sem significar aumento de custos. Indo ao encontro das boas práticas já desenvolvidas em outros países como a Alemanha, a Espanha e o Japão.

A conclusão é clara: o potencial dessas fontes é imenso e pouco aproveitado. Havendo políticas públicas para o setor, o governo brasileiro tem como promover as ações para atender a uma significativa parte das demandas de eletricidade do país a partir de fontes limpas e de baixo impacto ambiental.

Assim, é importante que o Congresso Nacional esteja empenhado na elaboração de soluções para criar mecanismos que viabilizem a expansão dessas energias renováveis.

Nesse sentido, solicitamos aos nobres pares, o aceite para realização dessa audiência pública para entendermos melhor esta questão e propomos políticas públicas para melhorar o fornecimento dessas energias renováveis.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2016.

Deputado **SÉRGIO VIDIGAL**
(PDT/ES)